

# Funaro afirma que País não pode pagar tanto

Para o ministro, dinheiro novo dos credores é necessário, mas greve pode atrapalhar

O ministro da Fazenda, Dílson Funaro, disse, ontem na base aérea de Brasília, antes de embarcar com o presidente Sarney para Carajás, que a greve programada pela CUT e a CGT para a próxima sexta-feira, "certamente não ajuda" o País no esforço de conseguir uma negociação da dívida externa.

Pela primeira vez, o ministro declarou, enfaticamente, que o País não poderá continuar transferindo o volume atual de recursos para pagar os juros da dívida e destacou ser necessário obter dinheiro novo junto aos credores internacionais para financiar o crescimento econômico. "O dinheiro novo tem que vir", disse, e acrescentou: "Só poderemos pagar parte dos juros para sobrar mais recursos que serão destinados aos investimentos".

Funaro adiantou ainda que não haverá conclusões nas negociações com os credores este ano, como estava previsto. Elas deverão iniciar, disse, em janeiro, e um dos pontos sobre os quais o Brasil não deverá abrir mão, ressaltou, será a questão da taxa de risco cobrada pelos credores, o spread; "eles têm que baixar de qualquer maneira". O ministro destacou que manteve contato, durante sua visita de dois dias a Washington e Nova Iorque, com os credores, mas não encaminhou nenhuma negociação concreta.

## CLUBE DE PARIS

O Clube de Paris adiou em três dias a data que analisará a situação econômica brasileira, disse Funaro. Estava marcada para o dia 15 de dezembro, foi

adiada para o dia 18. E preciso, destacou o ministro, restabelecer o fluxo de recursos e as linhas de crédito através dos bancos oficiais de crédito, etapa que somente será concluída após o acordo com o Clube. Há quatro anos os créditos canalizados por estas instituições estão interrompidos e o ministro ressaltou ser fundamental normalizar essa situação. A dívida do Brasil para com o Clube de Paris é de 9 bilhões de dólares e o próximo acordo a ser fixado com o Clube deverá equacionar o pagamento da mesma, em bases que o ministro julga que deverão ser satisfatórias ao País.

## CÁLCULO DA INFLAÇÃO

Funaro admitiu que o Governo vai, mesmo, alterar o cálculo da inflação para incorporar mais itens à cesta de consumo básico das classes de renda que ganham de um a cinco salários mínimos. Destacou o ministro que o Governo está aberto às sugestões dos trabalhadores e pretende trabalhar com um índice de preços que reflete a realidade do trabalhador classificado naquela faixa salarial.

Esta semana, o ministro Funaro e o seu colega, Almir Pazzianotto, ministro do Trabalho, vão estudar o assunto, e está previsto que o presidente José Sarney assine decreto para regular o novo índice, cuja vigência contudo não será de imediato. Somente entrará em vigor após o IBGE levantar uma nova planilha de gastos da classe trabalhadora. Enquanto isso está prevista a utilização temporária do INPC antigo.



Funaro: o que o Brasil deseja é um acordo que reduza os pagamentos de juros que sufocam o País